REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM LUÍS CORREIA: PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E IMPACTOS NA APA DELTA DO PARNAÍBA

ANALYSIS OF PUBLIC TOURISM POLICIES IN LUÍS CORREIA: PLANNING, IMPLEMENTATION, AND IMPACTS ON THE PARNÁIBA DELTA ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA

ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM LUÍS CORREIA: PLANIFICACIÓN, IMPLEMENTACIÓN E IMPACTOS EM EL ÁREA DE PROTECCIÓN AMBIENTAL DEL DELTA DEL PARNAÍBA

RODRIGO BRAGA FERNADES VIEIRA
Doutorando em Administração, Universidade da Amazônia - UNAMA, Brasil
E-mail: bragavieira_bgm@hotmail.com

SÉRGIO CASTRO GOMES
Doutor em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, BRASIL
E-mail: sergio.gomes@unama.br

Resumo

Ao investigar o planejamento e a execução das políticas públicas de turismo em Luís Correia, tendo como foco, a Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, a pesquisa se debruça na análise de instrumentos de planejamento estaduais e municipais, além de dados da execução orçamentária e do mercado de trabalho, avaliando o alinhamento entre diretrizes estratégicas e ações efetivas voltadas ao turismo sustentável. Como resultados, a pesquisa aponta desafios estruturais, como a fragmentação dos investimentos, a ausência de integração entre os diferentes níveis governamentais e também, a baixa transparência na aplicação dos recursos. Também, observa-se que o turismo, ainda que reconhecido como atividade essencial para o desenvolvimento econômico local, ele enfrenta ameaças como o crescimento desordenado, a especulação imobiliária e a fragilidade da infraestrutura. A pesquisa sugere estratégias para aprimorar a política pública do turismo na região, evidenciando a necessidade de mecanismos de monitoramento, uma maior participação comunitária e mais políticas integradas que conciliem crescimento econômico e a preservação ambiental, portanto, o estudo traz contribuições para o avanço do debate acadêmico sobre turismo sustentável e ainda oferece recomendações práticas para a formulação de políticas públicas mais eficientes em áreas protegidas.

Palavras-chave: Turismo; Políticas Públicas; Luís Correia; APA Delta do Parnaíba; Planejamento Governamental.

Abstract

By investigating the planning and execution of public tourism policies in Luís Correia, focusing on the Delta do Parnaíba Environmental Protection Area (APA), this research analyzes state and municipal planning instruments, as well as data on budget execution and the labor market, evaluating the

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

alignment between strategic guidelines and effective actions aimed at sustainable tourism. As a result, the research points to structural challenges, such as the fragmentation of investments, the lack of integration between different levels of government, and low transparency in the application of resources. It also observes that tourism, although recognized as an essential activity for local economic development, faces threats such as uncontrolled growth, real estate speculation, and fragile infrastructure. The research suggests strategies to improve public tourism policy in the region, highlighting the need for monitoring mechanisms, greater community participation, and more integrated policies that reconcile economic growth and environmental preservation. Therefore, the study contributes to the advancement of the academic debate on sustainable tourism and also offers practical recommendations for the formulation of more efficient public policies in protected areas.

Keywords: Tourism; Public Policies; Luís Correia; Parnaíba Delta APA; Government Planning.

Resumen

Al investigar la planificación y ejecución de las políticas públicas de turismo en Luís Correia, con especial atención al Área de Protección Ambiental (APA) del Delta del Parnaíba, esta investigación analiza los instrumentos de planificación estatal y municipal, así como datos sobre la ejecución presupuestaria y el mercado laboral, evaluando la alineación entre las directrices estratégicas y las acciones efectivas orientadas al turismo sostenible. Como resultado, la investigación señala desafíos estructurales, como la fragmentación de las inversiones, la falta de integración entre los diferentes niveles de gobierno y la baja transparencia en la aplicación de los recursos. También observa que el turismo, si bien se reconoce como una actividad esencial para el desarrollo económico local, enfrenta amenazas como el crecimiento descontrolado, la especulación inmobiliaria y la fragilidad de las infraestructuras.
La investigación sugiere estrategias para mejorar las políticas públicas de turismo en la región, destacando la necesidad de mecanismos de seguimiento, mayor participación comunitaria y políticas más integradas que concilien el crecimiento económico con la preservación del medio ambiente. Por lo tanto, el estudio contribuye al avance del debate académico sobre turismo sostenible y ofrece recomendaciones prácticas para la formulación de políticas públicas más eficientes en áreas protegidas.

Palabras clave: Turismo; Políticas Públicas; Luís Correia; Delta del Parnaíba APA; Planificación Gubernamental.

1. Introdução

A cidade de Luís Correia está situada no extremo norte do estado do Piauí, integrando a mesorregião Norte e a microrregião do Litoral Piauiense, conforme as bases cartográficas do IBGE (2025). Com uma área total de 1.074,13 km² e incluindo uma faixa litorânea de aproximadamente 46 km, o município abriga as praias mais extensas do estado e dessa forma, fazendo uma análise geográfica, o município se encontra em latitude 02º52’45’’ e longitude 41º40’01’’, no território de desenvolvimento denominado de “planície litorânea”.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

Fundada em 1935, tem suas origens na antiga vila de Amarração, criada em 1820, que por anos se tornou um ponto estratégico para embarcações e atividades pesqueiras, mantendo essa característica até hoje (PIAUÍ, 2025; IBGE, 2024) e seu nome atual é uma homenagem ao jornalista e político Luís Correia de Araújo, que teve um papel relevante na defesa dos interesses do litoral piauiense. Em 2024, a população do município é estimada em 31.775 habitantes, com a maior parte vivendo em áreas rurais (PIAUÍ, 2025; IBGE, 2024), entretanto, a recente tendência de crescimento urbano, especialmente na área da sede do município, tem sido impulsionada pelo aumento do turismo e pelos investimentos em infraestrutura (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2022; IBGE, 2024).

Trazendo um pouco mais da sua história, Luís Correia foi marcada por eventos significativos, como a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, iniciada em 1868 e concluída em 1879, pioneiro no Piauí na abolição da escravatura, graças à iniciativa de Joaquim Rodrigues da Costa, na época, Comendador das Rosas (título concedido pela Igreja Católica de Cristo), onde libertou os 14 negros de sua propriedade em 1886, um ato que reflete no brasão municipal, que exibe uma corrente quebrada como símbolo de liberdade e a família Serra, descendente direta do comendador, reside até hoje no município (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2022; PIAUÍ, 2025).

Em 1880, o território de Luís Correia foi readquirido pelo Governo do Piauí, após uma determinação do Governo-Geral, em troca de dois importantes municípios do Ceará, Independência e Príncipe Imperial, este último hoje é Crateús (PIAUÍ, 2025; IPEA, 2024). No século XIX, o Porto Marítimo de Luís Correia recebia vapores provenientes do Maranhão, Pará, Ceará e Pernambuco, além de navios de longo curso da Guiana Francesa para a Inglaterra e essa companhias de navegação construíram armazéns sólidos e espaçosos para armazenar mercadorias, contudo, em 1888, grandes marés e a movimentação das dunas destruíram grande parte da localidade, forçando os habitantes a deixar suas casas (MENDES, 2003; PORTAL DA INDÚSTRIA, 2022).

Embora a economia de Luís Correia tenha sido tradicionalmente baseada na agropecuária e na pesca artesanal, um movimento crescente estava em curso para

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

diversificar suas atividades econômicas (PIAUÌ, 2022; SEBRAE, 2024). O turismo, especialmente o turismo de veraneio, tornou-se a principal força econômica do município, com a construção de novos empreendimentos turísticos, melhorias na infraestrutura local, e a reconstrução do Porto de Luís Correia, estes indicativos, mostravam o grande potencial de crescimento econômico da cidade (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2022; CEPRO, 2022).

Atualmente, Luís Correia ainda depende de Parnaíba para serviços essenciais, como saúde, educação superior e comércio, enfrentando desafios significativos em infraestrutura, especialmente no setor de saúde, com um hospital de pequeno porte e pouco equipado e um dos maiores problemas do município é o crescimento urbano desordenado, agravado pela falta de um planejamento participativo (IBGE, 2024; SEPLAN, 2024).

A área mais procurada para residências de veraneio sofre com a ausência de acordos entre a Prefeitura, o Serviço do Patrimônio da União e os “proprietários de terras” (possuidores de terras), o que dificulta o ordenamento urbanístico e essa falta de definição clara das áreas de domínio da União e a ausência de uma política eficiente de uso e ocupação do solo, além da falta de resolução judicial, contribuem para o caos urbano e os conflitos de posse, intensificando ainda mais os problemas que prejudicam o município(ALMEIDA, 2020).

A ocupação desordenada das praias, que é o principal atrativo turístico de Luís Correia, tem acentuado os problemas ambientais e urbanísticos, tornando urgente a implementação de um ordenamento adequado, mas, para isso, é essencial a adoção de medidas corretivas previstas no código de obras e na legislação de uso e ocupação do solo, além de solucionar a questão fundiária das áreas ocupadas por bares e restaurantes, proporcionando melhorias nas construções e uma urbanização mais planejada (IBGE, 2020; BRAGA, 2022).

Além do mais, essa falta de alinhamento entre o governo municipal e a União tem gerado uma duplicidade administrativa que dificulta qualquer estratégia de planejamento, assim, a adoção de critérios técnicos e parâmetros claros para a ocupação das praias é fundamental para garantir a preservação ambiental, a harmonia estética e uma imagem urbana atrativa para o turismo (SILVA, 2024).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

Vale destacar que Luís Correia integra a Área de Preservação Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, uma unidade de conservação federal que protege tanto áreas marítimas quanto continentais e essa proximidade com zonas ambientalmente sensíveis impõe desafios e responsabilidades no desenvolvimento sustentável do turismo na região (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2022; ICMBio, 2025). A Lei que assegura esta unidade é a nº 9.985/2000, onde regulamenta que as UC são constituídas pelas esferas Municipais, Estaduais e Federais, e também define o conceito de unidade de conservação, como sendo um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação.” (BRASIL, 2000; ICMBio, 2025).

Em Luís Correia, ao longo da planície litorânea do Piauí, desde a localidade de Macapá até a foz do Rio Igaraçú, destacam-se extensos campos de dunas móveis que se deslocam no sentido E-NE (ALMEIDA, 2020). Essas dunas, ainda não submetidas ao processo de edafização, que é a transformação de rochas decompostas em solo por meio de ações físicas, químicas e biológicas, têm causado o assoreamento das Lagoas do Sobradinho e do Portinho, além de impactar as estradas da região (SILVA et al., 2022).

As dunas móveis apresentam formas irregulares e abrangem vastos campos, onde se encontram também dunas fixas, caracterizadas por vegetação arbórea densa que reduz a ação dos ventos através da deflação eólica, e dunas semifixas, cobertas por vegetação herbácea esparsa, predominantemente composta por gramíneas resistentes (SILVA, 2016; ICMBio, 2020).

Entre o complexo turístico Barramares e a localidade de Macapá, destaca-se uma exuberante cobertura vegetal composta por carnaúbas, coqueiros e outras espécies adaptadas a áreas inundáveis (ICMBio, 2020). Esse ambiente, moldado pelo assoreamento do Rio Sobradinho e pelas chuvas sazonais, apresenta um grande potencial para a criação de uma unidade de conservação e o desenvolvimento do ecoturismo (ALMEIDA, 2020).

Por toda a extensão da Praia do Coqueiro e a Foz do Rio Igaraçu, observam-se diversas dunas móveis, fixas e paleodunas, com uma vegetação

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

degradada devido à ação antrópica e essa região possui um alto adensamento populacional, sobretudo de casas de veraneio, além de uma infraestrutura turística razoável, composta por diversos hotéis, pousadas e o abastecimento de água encanada de boa qualidade (SILVA, 2024; ICMBio, 2020). Todavia, desafios ambientais persistem, como a poluição do solo, a falta de saneamento básico e a especulação imobiliária, fatores estes, que impactam diretamente o território e ainda que parte dele pertença à União, isso gera conflitos de uso e ocupação do solo, de preferência em áreas sob o regime de aforamento, arrendamento e transferência (SILVA et al., 2022).

O potencial de desenvolvimento que o município oferece, especialmente nas áreas turística e portuária, traz como ponto de destaque, o projeto do Porto de Luís Correia, elaborado na década de 1970, mais especificamente em 1975 e esse projeto visava a construção de um porto funcional, com um investimento inicial mínimo, para iniciar as operações portuárias (PIAUÍ, 2018; PORTAL DA INDÚSTRIA, 2022). As obras dos molhes começaram em abril de 1976 e foram concluídas em agosto de 1982, utilizando 2,2 milhões de toneladas de material para o entroncamento, porém, os serviços complementares, essenciais para a plena operação do porto, foram interrompidos, e as obras permaneceram paralisadas até 2023, impactando negativamente o crescimento econômico regional (PUTRICK et al., 2021).

O Governo do Estado do Piauí, em 2024, incluiu o Porto de Luís Correia no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, indicando sua importância estratégica e a reativação das obras na segunda fase do programa, porém, até o momento, não avançou conforme o esperado (SEBRAE, 2024; PIAUÍ, 2025; PIAUÍ, 2018). Esse atraso evidencia não só a relevância do projeto para o município e para a região, mas também os desafios enfrentados na execução de grandes projetos de infraestrutura (PIAUÍ, 2025). A falta de uma infraestrutura portuária funcional prejudica o desenvolvimento econômico de Luís Correia, um município com grande potencial turístico e de crescimento, mas que ainda depende da conclusão desse projeto para alavancar sua economia, e integrar o município a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

um contexto mais amplo, aproveitando as oportunidades de crescimento nos setores turístico e portuário (PIMENTEL et al., 2024).

Por isso, o turismo se apresenta como uma atividade econômica relevante para a região litorânea do Piauí, tendo a capacidade de gerar impactos positivos e negativos em diversas escalas e esferas (PUTRICK et al., 2021). Apontado como a mola propulsora do desenvolvimento, o turismo pode e vem contribuir com novas fontes de divisas, impulsionar empreendimentos locais, fomentar a economia, gerar empregos e aumentar a renda familiar, além de ampliar as receitas municipais e estaduais (MALTA et al., 2019). Torna-se mais evidente a importância do turismo, em regiões com baixa industrialização e menores índices de desenvolvimento, como aponta Putrick et al. (2016) e Malta et al. (2019), que reconhecem o potencial do turismo na geração de novos empregos e no crescimento da economia local, mas alertam que ele não representa, por si só, uma solução automática para a redução da pobreza.

Nesse contexto, a avaliação das políticas públicas e dos impactos do turismo em Luís Correia podem fornecer subsídios para a elaboração de estratégias mais eficazes. Conforme Souza (2007), promover o estado da arte da pesquisa em políticas públicas permite compreender os avanços, as limitações e os desafios das políticas implementadas, fornecendo uma base teórica e empírica para aperfeiçoar a gestão pública. Ao incorporar os desafios e oportunidades dessa atividade, o poder público e os empresários locais poderão criar ações que de alguma forma, minimizem os impactos negativos e ainda potencializem os aspectos positivos do turismo, contemplando as dimensões social, ambiental, cultural e econômica da região.

2. Revisão da Literatura

2.1. Políticas Públicas De Turismo No Brasil

Antes de abordar especificamente as Políticas Públicas de Turismo no Brasil, é fundamental contextualizar o conceito mais amplo de políticas públicas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

(AMORE, 2024). Essas representam, essencialmente, a resposta do Estado às necessidades coletivas, concretizando-se em ações e programas voltados para a promoção do bem comum e a redução das desigualdades sociais (BECKEN et al., 2020). Seu processo de formulação e execução ocorre em etapas sucessivas, que vão desde a identificação das demandas da sociedade até o monitoramento da implementação, garantindo sua efetividade e impacto (AMORE, 2024; BECKEN & LOEHR, 2024).

As políticas públicas podem assumir diferentes configurações, sendo classificadas como distributivas, redistributivas, regulatórias ou constitutivas, conforme suas finalidades e impactos na sociedade (BORRIE et al., 2022). Para que se materializem de forma eficiente, é fundamental que sigam um fluxo estruturado e sequencial, permitindo que as decisões sejam embasadas em critérios técnicos e na realidade social (HALL et al., 2022).

O processo de formulação dessas políticas inicia-se na fase de formação da agenda, momento em que o poder público define suas prioridades (BIANCHI & DE MAN, 2021). Nessa etapa, são analisados dados sobre a situação-problema, os recursos disponíveis e a urgência da demanda, considerando também a mobilização social e os interesses políticos envolvidos e nem todas as questões identificadas entram imediatamente na pauta governamental, pois sua seleção depende de fatores como custo-benefício, viabilidade e impacto esperado (HALL et al., 2022).

Em seguida, ocorre a formulação da política efetivamente, após estabelecer os objetivos, programas e linhas de ação necessários para enfrentar o problema identificado (AMORE, 2024). Nessa fase envolve a avaliação de múltiplas alternativas, baseadas na análise das causas e na contribuição de especialistas e uma vez estruturadas as soluções possíveis, dá-se a tomada de decisão, na qual é definido o curso de ação a ser seguido, os recursos a serem empregados e os prazos para execução (DANGI & PETRICK, 2021).

A etapa seguinte é a implementação da política, que transforma o planejamento em realidade, convertendo as decisões em atos concretos, pois, nessa fase, as diretrizes previamente estabelecidas ganham forma, exigindo uma

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

coordenação mais eficiente e uma execução adequada, garantindo a efetividade das ações (AMORE, 2024; CASALINO, 2021).

Enfim, a avaliação desempenha um papel essencial no ciclo das políticas públicas, pois é neste momento, onde se permite monitorar os resultados, fazer a identificação de eventuais falhas, possibilitando ajustes que aprimorem sua eficácia (CAMPOS et al., 2024). A supervisão contínua e a análise de desempenho, passam a orientar decisões sobre a continuidade, reformulação ou mesmo descontinuidade de determinados programas, garantindo que as intervenções públicas permaneçam alinhadas às necessidades da sociedade.

Nesse sentido, as políticas públicas passam a constituir ferramentas fundamentais para a gestão do interesse coletivo, demandando um planejamento estratégico, decisões validadas e avaliações criteriosas para assegurar o cumprimento do seu propósito de promover o desenvolvimento social de maneira equitativa e eficiente (AMORE, 2024).

Sob a ótica do turismo, as políticas públicas têm evoluído para integrar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental (ARIYANI & FAUZI, 2022; BIANCHI & DE MAN, 2021). O turismo, pela sua própria natureza multidimensional, dispõe de estratégias que conciliam crescimento econômico, preservação do patrimônio cultural e natural, e inclusão social (SEBRAE, 2024). As políticas públicas de turismo envolvem um conjunto de diretrizes, regulações e incentivos formulados pelo Estado com o propósito de planejar, estruturar e promover essa atividade, contudo, sua formulação tem sido influenciada por experiências internacionais, como ocorreu na Europa pós-Segunda Guerra Mundial, quando países passaram a adotar o turismo como estratégia de recuperação econômica (MEDEIROS et al., 2021).

No Brasil, a história das políticas públicas de turismo remonta à criação do Conselho Nacional do Turismo (CNT) em 1934, tornando-se a primeira iniciativa governamental de organização e promoção do setor (BRASIL, 2023). Nos primórdios da década de 1960, houve a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e do Plano Nacional do Turismo, onde iniciou-se um período de maior institucionalização da atividade como política pública (BRASIL, 2024).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

Reforçado esse compromisso com a Constituição de 1988, que reconheceu o turismo como uma atividade econômica estratégica, delegando à União, Estados e Municípios a responsabilidade de desenvolver políticas coordenadas para suas regiões (BRASIL, 2000; BRASIL, 2024).

A institucionalização do setor continuou com a criação do Ministério do Turismo em 2003, consolidando o turismo como pilar da economia nacional e promovendo programas como o Plano Nacional de Turismo (PNT) e o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), voltados para descentralizar e fortalecer a atividade em diversas regiões (BRASIL, 2024; PIMENTEL et al., 2024). Mais recentemente, a Lei n. 14.978, de 2024, modernizou a Lei Geral do Turismo (LGT), beneficiando atividades da cadeia produtiva do setor e reforçando programas de incentivo ao turismo sustentável (BRASIL, 2024; SILVA, RIBEIRO & CARBALLO-CRUZ, 2024).

Apesar dos avanços, desafios persistem, como a necessidade de descentralização administrativa, integração entre entes federativos e mecanismos de financiamento sustentáveis (PIMENTEL et al., 2024). A falta de continuidade nas políticas compromete o crescimento do setor, tornando essencial a adoção de ferramentas de monitoramento e avaliação (MEDEIROS et al., 2021). Além disso, o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental continua sendo um desafio, especialmente em áreas de grande relevância ecológica, como Fernando de Noronha e a Amazônia (PIMENTEL et al., 2024).

A evolução das políticas públicas de turismo reflete a crescente complexidade da atividade e a necessidade de abordagens interdisciplinares para garantir seu desenvolvimento sustentável (BORRIE et al., 2022). O Brasil, com seu vasto potencial turístico, deve continuar aprimorando suas estratégias políticas e institucionais, investindo em infraestrutura, capacitação profissional e modelos de gestão participativa para fortalecer o setor e garantir impactos positivos para a sociedade como um todo (LEITE & IVANOV, 2020; PIMENTEL et al., 2024).

2.2 Integração Do Planejamento Plurianual Governamental Com O Turismo No Piauí

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

O Governo ordena suas ações com a finalidade de atingir objetivos e metas por meio do PPA, um plano de médio prazo elaborado no primeiro ano de mandato do gestor do poder executivo eleito, para execução nos quatro anos seguintes, este instrumento é instituído por lei, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas referentes programas de duração continuada (PIAUÍ, 2023; SEPLAN, 2024). A lei é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, portanto, os investimentos cuja execução seja levada a efeito por períodos superiores a um exercício financeiro, só poderão ser iniciados se previamente incluídos no PPA ou se nele incluídos por autorização legal e a não observância deste preceito caracteriza crime de responsabilidade (PIAUÍ, 2023).

No Estado do Piauí, o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que foi instituído pela Lei nº 8.253 de 20 de dezembro de 2023, é um instrumento fundamental de planejamento governamental para o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas para os próximos quatro anos, o plano visa orientar as ações do governo de forma mais estratégica, tendo como foco, o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e a melhoria dos serviços públicos, alinhando-se à visão de futuro da transformação digital e o crescimento econômico inclusivo (PIAUÍ, 2023).

O PPA 2024-2027 está estruturado em eixos governamentais, objetivos estratégicos, desafios estratégicos e programas de atuação transversal (PIAUÍ, 2023; SEPLAN, 2024), onde esses eixos governamentais organizam a atuação do governo de forma articulada, procurando enfrentar os principais desafios do estado. Entre esses eixos, destacam-se "Saúde e Bem-Estar", que dispõe-se elevar a expectativa de vida da população; a "Educação Inclusiva e de Qualidade", que propõe-se melhorar a qualidade do ensino; a "Justiça e Segurança", tendo como foco a redução de mortes violentas; e "Redução das Desigualdades", que tem como meta diminuir a concentração de renda., além disso, o eixo "Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos", que busca impedir a degradação

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

do solo e das florestas, possibilitando a conservação dos recursos hídricos e aumentando a oferta de água potável (SEPLAN, 2024).

O PPA ainda aborda o desenvolvimento socioeconômico, através do eixo "Desenvolvimento Socioeconômico", que enfrenta o desafio de criar oportunidades de trabalho, de emprego, de renda e empreendedorismo (SEPLAN, 2024), já o eixo "Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética" procura ampliar e qualificar a oferta de energia elétrica e a capacidade logística do estado. Findando assim, com o eixo "Gestão por Resultados", que tem como objetivo, expandir o portfólio dos serviços públicos digitais disponíveis para os cidadãos (SEPLAN, 2024).

Os programas do PPA são organizados em três categorias, são eles: Temáticos Multissetoriais, que visam enfrentar problemas por meio de políticas públicas que podem envolver múltiplos órgãos; o de Gestão, que garantem o funcionamento da máquina administrativa; e os Especiais, que incluem ações como o pagamento da dívida pública e transferências constitucionais para municípios, sem gerar entregas diretas à sociedade (PIAUÍ, 2023).

Além disso, o PPA 2024-2027, estabelece indicadores de impacto, que mensuram as mudanças necessárias para alcançar a visão de futuro proposta e cada programa é detalhado com contextualização, público-alvo, objetivos, indicadores de resultado, diretrizes setoriais, produtos, indicadores de produto e valor global (PIAUÍ, 2023), onde, esses atributos garantem que as ações governamentais sejam claramente definidas e mensuráveis, com foco em resultados concretos (CEPRO, 2022; SEBRAE, 2024).

A integração do PPA com as Leis de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual é fundamental para garantir que as metas e prioridades estejam alinhadas e que suas ações orçamentárias, estejam vinculadas aos objetivos específicos e diretrizes setoriais, tendo como foco o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde, seus orçamentos anuais sejam compatíveis com o PPA, orientados para o cumprimento das metas estabelecidas (PIAUÍ, 2023; SEPLAN, 2024).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

O PPA 2024-2027 do Piauí traz um plano abrangente e estratégico para o desenvolvimento do estado, focado na melhoria da qualidade de vida da população, na redução das desigualdades e na promoção do crescimento econômico sustentável (SEPLAN, 2024) e sua estrutura participativa e orientada por resultados reflete a grandeza e o compromisso do governo em transformar o Piauí em um estado reconhecido pela excelência dos serviços públicos e pelo desenvolvimento inclusivo (CEPRO, 2022). O turismo, atuando como uma área estratégica para o desenvolvimento socioeconômico, se insere nesse contexto, especialmente em regiões como Luís Correia, que possui um potencial turístico significativo, principalmente devido à sua localização no litoral piauiense (ADEOYE-OLATUNDE & OLENIK, 2021).

O turismo no Estado do Piauí, desempenha um papel indispensável no desenvolvimento econômico e social, trazendo um grande potencial para alavancar a geração de emprego, renda e oportunidades de negócios (IBGE, 2020; SILVA, 2016), possuindo uma diversidade rica de atrativos naturais, culturais e históricos, que, quando adequadamente explorados, podem transformar a região em um destino turístico competitivo no cenário nacional e internacional (ICMBio, 2021). Estrategicamente está alinhada com o PPA 2024-2027, que visa buscar a promoção do desenvolvimento socioeconômico de forma integrada e sustentável, colocando como atividade prioritária, o turismo, especialmente no que diz respeito à infraestrutura, promoção e sustentabilidade (PIAUÍ, 2023).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) também reforçam esse foco ao operacionalizar as metas do PPA, com a destinação de recursos para projetos que impulsionam o turismo no estado (BRASIL, 2023). No caso do turismo litorâneo, a cidade de Luís Correia, localizada na região costeira, destaca-se como um dos principais destinos turísticos do Piauí, reconhecida por suas praias paradisíacas e seu grande potencial para o turismo de sol e mar (BRAGA, 2022), pois está inserida no Território de Desenvolvimento da Planície Litorânea, um dos 12 territórios que estruturam o PPA, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional de maneira articulada e sustentável (PUTRICK et al., 2021). Nesse contexto, o PPA prevê a realização de programas

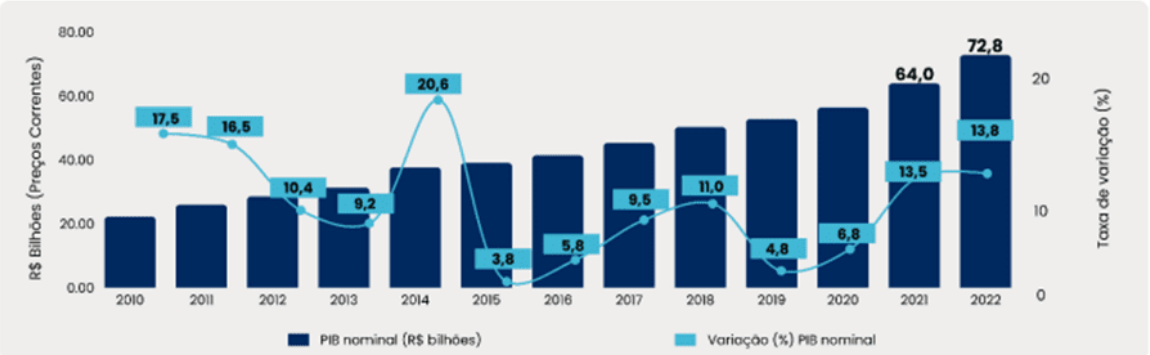
REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

específicos voltados para o setor, como investimentos em infraestrutura turística, promoção do destino e incentivo à sustentabilidade, todos fatores essenciais para fortalecer a posição de Luís Correia e do Piauí no mercado turístico (ICMBio, 2025; IBAMA, 2025).

A infraestrutura do estado é um dos principais desafios, mas também uma das maiores oportunidades de crescimento, pois, o Piauí, com seus 3,3 milhões de habitantes e um PIB de R$ 72,8 bilhões em 2022, está em constante evolução, e a modernização das suas infraestruturas de transporte, como aeroportos em Teresina e Parnaíba, além da melhoria da malha rodoviária, é vital para garantir o acesso a seus principais polos turísticos (IBGE, 2024; PIAUÍ, 2022). Luís Correia, com suas praias e o Delta do Parnaíba, representa um atrativo único, que pode se beneficiar diretamente das ações de infraestrutura previstas no PPA, como a construção de centros de visitantes, áreas de lazer e melhorias no saneamento básico e fornecimento de energia elétrica (PIAUÍ, 2022; SEPLAN, 2024).

Gráfico 1 – PIB e variação (%) do valor nominal do Estado do Piauí em bilhões (R$) 2010 a 2022



Fonte: IBGE. Contas Regionais. Em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2024).

Além disso, o PPA também aposta na promoção do turismo, com campanhas de marketing tanto a nível nacional quanto internacional, ampliando a visibilidade do estado e atraindo mais visitantes (SEPLAN, 2024).

O Plano Estratégico de Marketing Turístico (PEMT) do Piauí, por sua vez, complementa as ações previstas no PPA, com o objetivo de posicionar o estado como um destino competitivo e sustentável (PIAUÍ, 2023). As ações de promoção

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

digital, participação em feiras de turismo e parcerias com operadoras de viagens visam aumentar a atratividade de destinos como Luís Correia e outras regiões turísticas do estado, como o Polo Costa do Delta e o Polo das Origens (SEBRAE, 2024). A sustentabilidade também é um tema central, com o ecoturismo e o turismo cultural ganhando cada vez mais relevância (SEBRAE, 2024; SILVA et al., 2022), pois, a implementação de práticas de turismo sustentável, em harmonia com a preservação ambiental, é fundamental para garantir o equilíbrio entre o crescimento econômico e a conservação dos ecossistemas locais (BORGES, 2018; SILVA et al., 2022).

O turismo no Piauí apresenta um forte potencial de expansão, principalmente com a demanda turística concentrada em visitantes nacionais, especialmente dos estados vizinhos do Nordeste, como o Ceará e o Maranhão (MTUR, 2022b; IBGE, 2020). O perfil do turista piauiense busca experiências autênticas, o contato com a natureza e as vivências culturais, características que Luís Correia e o Piauí em geral podem ofertar em abundância (MTUR, 2022a), contudo, é necessário um investimento contínuo em capacitação de profissionais, infraestrutura e campanhas de promoção para atrair mais turistas e consolidar o estado como um destino turístico de excelência (PIAUÍ, 2025; IBGE, 2020).

2.3. Áreas De Proteção Ambiental E Turismo Sustentável

As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) são unidades de conservação que buscam harmonizar a preservação dos ecossistemas com o uso sustentável dos recursos naturais (MTUR, 2022a) e um exemplo representativo é a APA Delta do Parnaíba, que foi criada para proteger ecossistemas sensíveis, como os manguezais, as restingas e as dunas, ao tempo em que fomenta o turismo ecológico e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais (ICMBio, 2020). Essa simbiose entre conservação e sustentabilidade é essencial para garantir a preservação da biodiversidade, bem como a manutenção dos modos de vida tradicionais das populações que dependem desses recursos (ICMBio, 2025).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

O litoral piauiense é marcado por uma das paisagens mais exuberantes do Brasil: o Delta do Parnaíba, que também é conhecido como "Delta das Américas", sendo este, o único delta em mar aberto das Américas, pois ele se forma quando o rio Parnaíba, ao se aproximar de sua foz no Oceano Atlântico, se divide em cinco braços principais, são eles: Igaraçu, Canárias, Caju, Melancieiras e Tutóia, criando um maravilhoso e curioso labirinto de cerca de 80 ilhas e ilhotas que são interligadas por igarapés e canais fluviais (ICMBio, 2025; BRASIL, 2020). Essa complexa rede hidrográfica, situada bem na divisa entre Piauí e Maranhão, abriga uma diversidade impressionante de ecossistemas, como tabuleiros, restingas, manguezais, matas ciliares e vegetação sobre dunas, que servem de habitat para uma fauna rica e variada (PIAUÍ, 2025; PIMENTEL et al., 2024).

Além disso, a região também possui uma história cultural profundamente enraizada, pois, durante os séculos XVI e XVII, o litoral piauiense era habitado pelos Tremembés, um grupo indígena que ali deixou um legado significativo (ICMBio, 2020; IBGE, 2020) e hoje, a paisagem é ocupada por uma população diversificada, composta por pescadores fluviais e marítimos, por marisqueiras, pelos catadores de caranguejo, por artesãos que trabalham com fibras naturais, pelos redeiros, rendeiras e construtores de embarcações tradicionais e é dali que essas comunidades mantêm práticas ancestrais que são parte integrante da identidade cultural e econômica da região (BORGES, 2018; ICMBio, 2021).

Desde 1997, o Delta do Parnaíba está inserido em uma Unidade de Conservação (UC) classificada como Área de Proteção Ambiental (APA), que abrange os estados do Ceará, Piauí e Maranhão (SANTOS, 1996; BRASIL, 2020) e essa iniciativa visa proteger os ecossistemas locais e promover o desenvolvimento sustentável. Em 2005, uma parceria entre o Sebrae e o Ministério do Turismo deu origem à Rota das Emoções, um circuito turístico que conecta alguns dos cenários mais deslumbrantes do Nordeste brasileiro (SEBRAE, 2024). No Ceará, inclui as praias de Jericoacoara, Camocim e Barroquinha; no Piauí, Cajueiro da Praia, Luís Correia e Parnaíba; e, no Maranhão, os famosos Lençóis Maranhenses, esse roteiro, que combina dunas, manguezais, praias paradisíacas e ventos ideais para

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

esportes aquáticos, tornou-se um dos destinos mais cobiçados do turismo de sol e mar no Brasil, conforme a Figura 1 (ICMBio, 2021).

Figura 1: APA Delta do Parnaíba e municípios integrantes.



Fonte: ICMBio (2021)

Com a Portaria nº 827, de 5 de agosto de 2020, que aprovou o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, 24 anos após sua criação, período no qual o turismo já era praticado na região, a frequência da visitação turística ocorre antes da implementação desse plano devido à complexidade e ao custo de sua elaboração, evidenciando desafios na gestão da unidade (BRASIL, 2020; BRASIL, 2023).

Os Planos de Manejo tem o propósito de estabelecer diretrizes para a administração das unidades de conservação, sendo fundamentais para o planejamento sustentável (BRASIL, 2020; ICMBio, 2020).

O documento reconhece o turismo como um dos Recursos e Valores Fundamentais (RVF) da APA, destacando seu papel no desenvolvimento sustentável e na economia local, promovendo geração de renda, turismo comunitário e valorização cultural e ambiental (FIRJAN, 2022). Entretanto, ao analisar os RVF, o Plano também aponta ameaças, como turismo desordenado, uso inadequado dos espaços, falta de gestão pública e baixa participação das comunidades e esses desafios estão detalhados no Quadro 1, reforçando as

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

contradições no desenvolvimento da atividade turística na APA (ICMBio, 2020; FIRJAN, 2022).

Quadro 1: Ameaças (Análise dos RVF: Plano de Manejo APA Delta do Parnaíba)

• Turismo desordenado
• Uso inadequado dos espaços
• Ausência da gestão pública
• Implantação de parques eólicos para geração de energia eólica em áreas de interesse turístico
• Especulação imobiliária
• Resíduos sólidos e dejetos
• Veículo motorizado em praias e dunas (desordenado)
• Excesso de embarcações
• Mão de obra desqualificada
• Pouca infraestrutura turística
• Descaracterização do atrativo e sobrecarga
• Descaracterização das comunidades e hábitos tradicionais
• Baixa participação das comunidades na atividade de turismo
• Interferência nos hábitats naturais
• Assoreamento dos rios
• Ausência de valorização de conservação nos roteiros e atividades turísticas

Fonte: Adaptado de ICMBio (2020); FIRJAN (2022).

É nesse senário que a cidade de Parnaíba surge como um ponto estratégico, sendo a principal porta de entrada para o Delta do Parnaíba, através de sua localização privilegiada e infraestrutura turística em desenvolvimento, tornando-a um eixo central para a exploração sustentável dessa região única, que alia as belezas naturais, a riqueza cultural e oportunidades econômicas (IBGE, 2025; IBAMA, 2025). A preservação desse patrimônio natural e cultural depende, portanto, de um equilíbrio delicado entre a conservação ambiental e o desenvolvimento responsável, que garantam às gerações futuras continuar a desfrutar e se beneficiar dessa paisagem excepcional (SILVA, 2016; SEBRAE, 2024).

3. Metodologia

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

3.1. Abordagem Do Estudo

O estudo em questão traz uma abordagem teórica e bibliográfica, que foi fundamentada na análise crítica da literatura existente, com o objetivo de examinar as políticas públicas de turismo em Luís Correia e na APA Delta do Parnaíba (AMORE, 2024), que fundamenta-se na análise crítica da literatura existente, com o propósito de investigar a interação entre políticas públicas e turismo sustentável, bem como o impacto da fragmentação institucional na efetividade dessas iniciativas (BRASIL, 2023; BECKEN & LOEHR, 2024). A abordagem teórica permite explorar e sintetizar diversos conceitos fundamentais, identificando alguns padrões e lacunas na literatura, enquanto a revisão bibliográfica vem fornecer uma base empírica robusta para a análise (ABDULLAH, SYED & KOBURTAY, 2024). Essa estratégia metodológica é fundamental para que se possa compreender como diferentes contextos institucionais influenciam a implementação de políticas públicas no setor turístico (BECKEN & LOEHR, 2024).

A seleção da abordagem teórica apoia-se na necessidade de delinear frameworks conceituais que orientem futuras investigações empíricas, como destacado por Bellato et al. (2023), onde pesquisas teóricas possibilitam a formulação de modelos analíticos que articulam diversas dimensões do turismo sustentável, incluindo a interação entre o setor público, o setor privado e as comunidades locais (PUTRICK et al., 2016). Assim, o estudo busca oferecer uma perspectiva integrada sobre os desafios e oportunidades no contexto do turismo sustentável, contribuindo para o debate acadêmico e político.

3.2. Estratégias De Coleta E Análise De Dados

Seguiu-se um critério rigoroso para a seleção e análise da literatura com o propósito de garantir a relevância e atualidade das informações e os dados foram coletados a partir de artigos científicos indexados em bases de dados reconhecidas, livros e relatórios de instituições especializadas, permitindo uma análise comparativa entre diferentes abordagens teóricas e empíricas (AMORE,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

2024). Essa técnica de análise de conteúdo é empregada para identificar os padrões, as relações conceituais e as inconsistências na literatura existente (ADEOYE-OLATUNDE & OLENIK, 2021), no qual, esse método auxilia na construção de um arcabouço teórico mais consistente, apresentando as lacunas de pesquisa e as potencialidades para outros estudos futuros (BELLATO et al., 2023).

Para garantir maior confiabilidade à análise, a triangulação de fontes é utilizada, combinando diferentes perspectivas e abordagens metodológicas. A inclusão de estudos de casos internacionais permite avaliar como diferentes contextos institucionais impactam a implementação de políticas públicas no turismo sustentável, oferecendo insights relevantes para o aprimoramento de práticas e diretrizes no Brasil e em outros países em desenvolvimento (ARIYANI & FAUZI, 2022; BIANCHI & DE MAN, 2021; SEBRAE, 2021).

Adicionalmente, este estudo se baseia em:

- **Análise Documental**: é o exame de leis, decretos e planos municipais e estaduais, como o Plano Diretor de Luís Correia e o PPA do Piauí e a análise dos planos plurianuais e diretrizes municipais podem ser complementadas com entrevistas ou questionários direcionados a gestores públicos e aos representantes do setor turístico local.
- **Dados Orçamentários**: A consulta ao Portal da Transparência, para identificar investimentos destinados ao turismo em Luís Correia e na APA Delta do Parnaíba e para informações detalhadas sobre investimentos e execução orçamentária no setor de turismo, o Portal da Transparência do Governo Federal e o do Estado do Piauí são fontes primárias valiosas.
- **Estatísticas de Emprego**: Levantamento de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sobre o número de empregos formais no setor turístico de Luís Correia. Para obter dados atualizados sobre o número de empregos formais em Luís Correia, recomenda-se acessar o site do Ministério do Trabalho e Emprego ou a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

3.3. Limitações Metodológicas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

Estudos teóricos possuem limitações inerentes, especialmente pela falta de dados primários que validem os modelos propostos em contextos empíricos (BECKEN & LOEHR, 2024). A ausência de uma investigação de campo pode restringir a compreensão dos desafios locais e das barreiras institucionais enfrentadas pelos pequenos negócios no turismo sustentável (DANGI & PETRICK, 2021). Além disso, a dependência de revisões bibliográficas pode introduzir vieses na seleção das fontes, resultando em interpretações que nem sempre refletem a complexidade da realidade observada (CAMPOS et al., 2024).

Se apresenta como outra limitação relevante, a dificuldade em prever as implicações práticas das proposições teóricas, sobretudo em contextos de grande diversidade cultural e socioeconômica (BECKEN et al., 2020) e para mitigar essas limitações, sugere-se que pesquisas futuras combinem abordagens qualitativas e quantitativas, incorporando estudos de caso e análises empíricas para que se possa validar os modelos teóricos discutidos neste estudo (BORRIE et al., 2022).

Possíveis desafios específicos deste estudo incluem a disponibilidade e atualização dos dados nos portais oficiais, além da dificuldade em acessar informações específicas sobre investimentos e resultados de políticas públicas no âmbito municipal.

Enfim, salienta-se a importância da interdisciplinaridade na construção de uma abordagem mais holística e aplicável ao turismo sustentável, onde a colaboração entre acadêmicos, formuladores de políticas e stakeholders locais possam contribuir para uma maior integração entre teoria e prática, promovendo assim, soluções mais eficazes para os desafios enfrentados pelo setor turístico sustentável (BIANCHI & DE MAN, 2021).

4. Análise E Discussão

4.1. Planejamento Governamental E Turismo Em Luís Correia

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

Em Luís Correia, o Plano Diretor foi instituído pela Lei n.º 695, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento urbano e turístico do município, visando ordenar o uso do solo e promover o turismo sustentável (PIAUÍ, 2025), no entanto, a efetividade dessas diretrizes depende majoritariamente da articulação entre os planos municipais e estaduais, bem como da execução orçamentária adequada (PIAUÍ, 2025; SEPLAN, 2024).

A economia local tem como peculiaridade, um número reduzido e pouco diversificado de atividades produtivas, onde o turismo destaca-se, seguido da pecuária leiteira e da pesca (SILVA, 2016; PIAUÍ, 2025), no qual, Luís Correia ainda apresenta uma alta dependência econômica de Parnaíba, agravada por sua pequena influência econômica regional (SILVA, 2016, CEPRO, 2022).

O município é o principal destino de Turismo de Sol e Praia do Piauí, como já falado anteriormente, possui 46 km de litoral, a maior extensão litorânea das cidades do Polo Costa do Delta (BORGES, 2018), contudo, enfrenta grande sazonalidade e desafios estruturais. Na faixa litorânea do município, são contabilizadas onze praias denominadas de: Praia de Atalaia, Praia do Farol Velho, Praia do Coqueiro, Praia Peito de Moça, Praia do Barro Preto, Praia de Barramares, Praia do Farol do Itaqui, Praia do Arrombado, Praia de Carnaubinha, Praia de Marmar, e Praia de Macapá. Todas as praias são de acesso a banhistas, mas com direcionamento a realização do turismo de sol e mar (BRAGA, 2022; UFDPar, 2021).

O sistema de transporte entre Luís Correia e Parnaíba é deficiente, com poucas linhas de ônibus e vans, horários irregulares, veículos precários e tarifas elevadas, afetando tanto os moradores quanto os turistas.

O modelo de Turismo de Massa tem gerado impactos negativos, como acúmulo de lixo, escassez de água e energia nos períodos de alta temporada (dezembro, janeiro, fevereiro e julho), e ociosidade da cadeia produtiva nos demais meses. A Praia de Atalaia exemplifica bem esses problemas ambientais (SANTOS et al., 2013). Além disso, sinais de declínio desse modelo são evidentes, especialmente em feriados prolongados e carnavais recentes (2020-2024), quando as praias ficaram vazias. Empresários do setor apontam como causas os altos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

preços, dificuldades de acesso e serviços inferiores aos oferecidos nos estados vizinhos (SEBRAE, 2025).

Essa infraestrutura turística cresceu significativamente nos últimos anos. Em 2006, haviam 12 meios de hospedagem; em 2009, esse número caiu para sete (SILVA, 2013). No entanto, em 2015 subiu para 23 (SILVEIRA, 2016) e, em 2020, chegou a 66 estabelecimentos.

O município apresenta uma gama de redes hoteleiras e outras tipologias de meios de hospedagens, principalmente na área litorânea, sendo esta direcionada aos visitantes periódicos de outras regiões, os quais buscam se instalar durante alguns períodos no ano, com o intuito de aproveitar a localidade situada no percurso de praia. De acordo com o CADASTUR (2025), atualmente o município conta com vinte meios de hospedagens cadastradas no sistema e onze estabelecimentos de A&B disponibilizados. No entanto, esse número pode ser bem superior, necessitando de um inventário turístico e investigação em campo.

Luís Correia possui também, uma elevada proporção de habitações de segunda residência, comparado a outros municípios litorâneos. Segundo Martins Filho (2014), com base nos dados do IBGE (2010), 27,91% dos domicílios do município são de uso ocasional, enquanto em Cajueiro da Praia esse percentual é de 10% e, em Parnaíba, apenas 3,53%.

Com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, trouxeram novos dados, mostrando que os domicílios particulares classificados como “uso ocasional”, continuam a ser uma categoria bem relevante para compreender a dinâmica residencial no Brasil, pois o Censo, identificou 6,7 milhões de domicílios de uso ocasional no país, refletindo uma expansão nessa modalidade desde 2010, período onde esse fenômeno já vinha crescendo em áreas com forte apelo turístico ou sazonal, principalmente em regiões litorâneas.

No Piauí, em específico, os resultados do Censo 2022, apontam que 24,4% dos domicílios recenseados, não estavam ocupados por moradores e desses imóveis não ocupados, aproximadamente 59,9% eram de uso ocasional, indicando assim, que grande parte das casas não ocupadas no estado, são utilizadas de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

forma não permanente e que possivelmente estão associadas a funções residenciais sazonais ou de veraneio.

No que tange aos equipamentos de alimentação e bebidas (A&B) e agências de turismo, não existem registros sistematizados anteriores (SEBRAE, 2024). Em 2020, foram identificados 58 estabelecimentos de A&B, mas nenhuma agência emissiva ou receptiva, indicando a forte dependência de Luís Correia em relação a Parnaíba, que concentra a chegada da maioria dos turistas (IBGE, 2020).

A concentração desses equipamentos ocorre em três núcleos principais: Praia de Atalaia, Praia do Coqueiro e eixo Macapá-Maramar, os demais trechos possuem acesso limitado, dificultando a implantação de infraestrutura e a especulação imobiliária também contribui para essa concentração, restringindo a ocupação da faixa litorânea (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2022).

A prática territorial turística de Luís Correia é bem fragmentada, refletindo distintos perfis de visitantes e ocupações (LEGROUX, 2021):

- **Sede de Luís Correia (Praia de Atalaia):** os turistas são de sol e praia, com forte sazonalidade e infraestrutura limitada.
- **Praia do Coqueiro:** é frequentada por um público bem mais elitizado, com estabelecimentos de alto padrão.
- **Macapá e Maramar:** é um destino emergente, com padrão semelhante ao Coqueiro, mas em estágio bem embrionário de desenvolvimento.
- **Barra Grande (Cajueiro da Praia):** é um destino em ascensão, consolidando-se com Turismo voltado para a Aventura e Esportes (kitesurf e windsurf), Ecoturismo e hospedagens diferenciadas. Esse modelo contrasta bem com o declínio do turismo de massa que se apresenta em Luís Correia.

A fragmentação manifesta-se também na gestão e planejamento do turismo e a disputa entre territórios por visitantes resulta em pouca colaboração e desenvolvimento desordenado, prejudicando a integração regional (LEGROUX, 2021).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

Ainda assim, o turismo em Luís Correia enfrenta grandes desafios estruturais e de modelo de desenvolvimento com essa dependência de Parnaíba, os altos custos, a grande sazonalidade e uma infraestrutura deficiente, são portanto, entraves para sua competitividade (SILVA, 2013). O crescimento de destinos alternativos como Barra Grande demonstra a necessidade de diversificação das estratégias turísticas, investindo em segmentos sustentáveis e melhor integração regional (BORGES, 2018).

4.2 A Evolução Do Turismo Litorâneo E As Transformações Sociais Nas Praias De Luís Correia-PI

Os vínculos entre as pessoas e os espaços litorâneos tem sido formada ao longo dos séculos, influenciada principalmente por fatores culturais, econômicos e tecnológicos, a exemplo da Europa, que entre os séculos XVII e XVIII, os banhos de mar começaram a ser recomendados por médicos como prática terapêutica (CORBIN, 1989). No entanto, essa prática logo se expandiu para além do campo medicinal, transformando-se em um símbolo de status social, mas, já no século XIX, as elites europeias e norte-americanas passaram a frequentar o litoral não somente por razões de saúde, mas também como forma de lazer e distinção social (CORBIN, 1989).

O crescimento do capitalismo e o aumento das cidades industriais reforçaram essa tendência, transformando o turismo litorâneo em uma atividade organizada e economicamente relevante (MORATAL et al., 2018).

No Brasil, o turismo litorâneo seguiu um percurso semelhante, pois ao longo do século XX, as praias se consolidaram como destinos de lazer, inicialmente voltados para a elite e, posteriormente, acessíveis a um público mais amplo devido à melhoria das estradas, do transporte público e do crescimento da rede hoteleira (MARTINS FILHO, 2014). No Piauí, entre as décadas de 1940 e 1980, o turismo era predominantemente elitista, restrito às camadas mais abastadas que passavam temporadas em casas de veraneio em locais como Luís Correia e Pedra do Sal, onde, essas residências, inicialmente simples, foram se tornando mais sofisticadas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

com o tempo, consolidando a região como destino turístico tradicional (IBGE, 2020; BRAGA, 2022).

A **Praia de Atalaia** é um dos principais símbolos dessa transformação, onde originalmente era um espaço frequentado por grupos reduzidos, o local experimentou um crescimento profundo com a expansão da infraestrutura urbana, a construção de pousadas, resorts e com a pavimentação das vias de acesso (BRAGA, 2022). Atualmente, a Praia de Atalaia é sem sombra de dúvidas, um dos destinos turísticos mais procurados do Piauí, recebendo turistas de diferentes classes sociais, que são atraídos pela beleza natural e pela estrutura que inclui quiosques, restaurantes e diversas opções de entretenimento (PUTRICK et al. 2021).

O turismo de massa na Praia de Atalaia resultou em mudanças econômicas e sociais importantes, onde pequenos comércios passaram a se desenvolver para atender à demanda turística, gerando assim, empregos fixos e temporários e promovendo dinamismo econômico (SANTOS et al., 2013), ainda segundo os autores, surgiram também desafios, como o aumento da poluição, a sobrecarga na infraestrutura urbana e a necessidade de um planejamento mais eficiente para mitigar os impactos ambientais.

A Praia de Atalaia, que já foi um espaço restrito às elites, hoje é um símbolo de turismo acessível e diversificado, mas sua gestão deve considerar não apenas o crescimento econômico, mas também a necessidade de preservar seus recursos naturais e garantir que o turismo beneficie de forma equitativa toda a população local (SANTOS et al., 2013).

Na **Praia do Coqueiro**, localizada próxima à sede do município, é conhecida por seus coqueirais e águas calmas, sendo ideal para banhos e atividades de lazer (SILVA, 2024), pois, a infraestrutura turística da Praia é bem desenvolvida, com quiosques, restaurantes e pousadas, o que a torna o "cartão-postal" de Luís Correia, servindo como ponto de partida para explorar outras praias da região, como a Praia do Arrombado, famosa por suas falésias avermelhadas e formações rochosas que criam piscinas naturais durante a maré baixa (SANTOS et al., 2013).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

O peculiar nome "Arrombado" vem de uma abertura na falésia que permite a passagem para a praia, e o local é frequentemente visitado por turistas que buscam um cenário mais paradisíaco, natural e menos movimentado (SILVA, 2024).

A **Praia do Maramar**, por sua vez, é famosa por suas dunas e lagoas de água doce, que se formam durante o período chuvoso, pois, é um local perfeito para quem gosta de esportes de aventura, como sandboard e passeios de buggy (MARTINS FILHO, 2014). A Praia do Maramar conecta-se com outras praias menos exploradas, como a **Praia da Pedra do Sal**, marcada por uma grande formação rochosa que dá nome ao local (PIAUÍ, 2025). A Praia da Pedra do Sal é um ponto de encontro de pescadores e turistas que buscam um ambiente tranquilo e paisagens únicas, além de ser conhecida por suas ondas fortes, ideais para o surf ((SANTOS et al., 2013; PIAUÍ, 2025).

Outra praia que merece destaque é a **Praia de Macapá**, conhecida por sua beleza selvagem e preservada, com dunas, manguezais e uma grande diversidade de fauna e flora (CARVALHO, 2010), sendo um local perfeito para ecoturismo e observação de aves, e uma das praias mais afastadas do centro de Luís Correia, mas ainda assim acessível para quem deseja explorar áreas mais isoladas. Uma outra opção é a **Praia do Peito de Moça**, com um nome curioso, é conhecida por suas falésias coloridas e formações rochosas que lembram o formato de um peito feminino, localizada entre a Praia do Arrombado e a Praia do Coqueiro, é um local ideal para fotografia e contemplação da natureza (MARTINS FILHO, 2014; CARVALHO, 2010).

O crescimento do turismo litorâneo no Piauí também levanta questões sobre sustentabilidade (PIAUÍ, 2025), a exemplo da Praia de Atalaia, que apesar de seu potencial econômico, vem enfrentando problemas ambientais significativos, como o descarte inadequado de lixo e a ocupação desordenada (SANTOS et al., 2013).

Para garantir um desenvolvimento turístico equilibrado, políticas públicas voltadas à gestão ambiental e à educação ambiental dos visitantes são fundamentais (BRASIL, 2023), pois, iniciativas como a regulamentação do comércio ambulante, programas de coleta seletiva e a conscientização da população local podem contribuir fortemente para um turismo mais responsável

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

(CAMPOS et al., 2024). Esses desafios também se estendem a outras praias da região, como a Praia de Macapá e a Praia do Peito de Moça, que, mesmo sendo menos exploradas, também necessitam de cuidados para preservar sua beleza natural (ICMBio, 2025).

Contudo, a evolução do turismo litorâneo no Estado reflete tanto os avanços no acesso ao lazer quanto os desafios de planejamento urbano e ambiental (SANTOS et al., 2013). Com um planejamento adequado, as praias de Luís Correia, como Atalaia, Coqueiro, Arrombado, Maramar, Pedra do Sal, Macapá e Peito de Moça, podem se consolidar como um modelo de turismo sustentável, equilibrando desenvolvimento econômico e preservação ambiental, enquanto mantêm a identidade cultural e a beleza natural que tornam o litoral piauiense um destino único no Nordeste brasileiro (PUTRICK et al., 2021).

4.3. Luís Correia: Um Município Em Transformação No Litoral Do Piauí

Luís Correia, tem se destacado como um polo de desenvolvimento socioeconômico, impulsionado principalmente pelo turismo e por investimentos estratégicos em infraestrutura, e uma população estimada em 31.775 habitantes, segundo o IBGE (2025), dentro de uma área territorial de 1.074,132 km², o município apresenta uma densidade demográfica de 29,58 hab./km². Apesar de um PIB per capita de R$ 12.392,72 em 2021 e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,673 em 2019, Luís Correia vem demonstrando sinais de crescimento, especialmente com a retomada das obras do Porto de Luís Correia e a execução de políticas públicas voltadas para o turismo e a habitação (BRASIL, 2025).

O Porto de Luís Correia, cujas obras foram retomadas em março de 2023, é considerado um dos projetos mais estratégicos para o desenvolvimento da região (PIAUÍ, 2025). Com investimentos estimados em R$ 1 bilhão, majoritariamente financiados por empresas privadas, o complexo portuário está sendo revitalizado e modernizado para se tornar um hub logístico de grande relevância (BRASIL, 2023; PIAUÍ, 2025). A infraestrutura inclui a construção de quatro terminais

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

especializados: pescado, grãos e fertilizantes, cargas gerais e hidrogênio verde, onde, o terminal pesqueiro, que deve ser o primeiro a entrar em operação, promete gerar cerca de 400 empregos diretos (PIAUÍ, 2025). Além disso, o porto está projetado para receber embarcações de maior porte, o que facilitará o escoamento da produção agrícola e industrial do Piauí e de estados vizinhos, fortalecendo as operações de importação e exportação (PIAUÍ, 2025; PORTAL DA INDÚSTRIA, 2022).

A localização do porto é outro fator estratégico, pois está próximo à Zona de Processamento de Exportações (ZPE) do Piauí e à futura maior usina de hidrogênio verde do mundo (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2022; PIAUÍ, 2018). A integração com um sistema intermodal que conecta rodovias, hidrovias e ferrovias deve reduzir custos de transporte e ampliar a competitividade da região e a expectativa é que, com a conclusão das obras que estavam previstas para o segundo semestre de 2024, coisa que não aconteceu, o porto se torne a partir do segundo semestre de 2025, um catalisador para a geração de riqueza e arrecadação de impostos, impactando positivamente a economia local e regional (PIAUÍ, 2025).

Além dos avanços no setor portuário, Luís Correia vem em uma curva ascendente no quesito políticas habitacionais, como o programa Minha Casa Minha Vida e o autofinanciamento pelas Construtoras com linhas de crédito mais atrativas e como referência, só em janeiro de 2025, foram autorizadas 2.321 unidades habitacionais destinadas a agricultores familiares, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, incluindo o município. Essas iniciativas visam reduzir o déficit habitacional e promover o desenvolvimento social, garantindo melhores condições de vida para a população (BRASIL, 2024; IPEA, 2024).

Recentemente, a Prefeitura de Luís Correia assinou contrato para a construção de um mirante turístico, que visa valorizar a cultura local e impulsionar a economia por meio do turismo sustentável, onde a inauguração da primeira fase de urbanização do Porto de Luís Correia, feita em dezembro de 2023, também busca fortalecer o setor turístico e atrair novos investidores (PIAUÍ, 2025; PIAUÍ, 2018).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

Apesar do Piauí não ser tradicionalmente reconhecido como um destino turístico de grande apelo no Nordeste, Luís Correia tem se destacado como uma exceção, desempenhando um papel crucial na tentativa do estado de se consolidar como um polo turístico competitivo (BRAGA, 2022). A análise das políticas públicas voltadas para o turismo no município pode oferecer insights valiosos sobre como essas iniciativas podem ser aprimoradas e replicadas em outras regiões com características semelhantes (SEBRAE, 2021; PIMENTEL, et al., 2024). Em síntese, Luís Correia vive um momento de transformação, impulsionado por investimentos em infraestrutura, políticas habitacionais e o fortalecimento do turismo (IBAMA, 2025; BRASIL, 2024). A conclusão do Porto de Luís Correia e a execução de projetos turísticos sustentáveis têm o potencial de alavancar o desenvolvimento econômico e social do município, consolidando-o como um dos principais destinos do Piauí e um exemplo de crescimento equilibrado e inclusivo tanto para o Nordeste quanto para o resto do Brasil (PIAUÍ, 2025; ICMBio, 2025).

Segundo o Arquivo da equipe MADRES - UFDPar (2021), através de uma análise SWOT (Quadro 2) do município de Luís Correia-PI, evidenciou-se aspectos internos e externos que influenciam diretamente o desenvolvimento do turismo, sobretudo o turismo náutico (UFDPar, 2021). Entre as forças e potencialidades, destaca-se a ampla faixa litorânea que favorece atividades esportivas como o kitesurf e o surf, atraindo visitantes em busca de boas condições naturais para a prática dessas modalidades, além de eventos e campeonatos internacionais que já foram realizados na área portuária da foz do Rio Igaraçu, como o Rally Internacional Ilhas do Sol, demonstrando que a região possui um ambiente propício para competições e grande fluxo turístico (UFDPar, 2021), segundo os estudos, outro ponto positivo é o potencial para visitações, com atrativos como o projeto Tartarugas do Delta, que enriquece a experiência dos turistas interessados na biodiversidade local (ICMBio, 2020).

Quadro 2: Análise SWOT dos aspectos internos (potencialidades e fraquezas) no Município de Luís Correia

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

ANÁLISE SWOT		
MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA		
	FORÇAS/POTENCIALIDADES	**FRAQUEZAS**
INTERNA	Extensa área de praia com visitações periódicas (segmento sol e praia);	Descontrole de poluição nas faixas de praia e fluxo de visitantes
	Praticantes de atividades esportivas náuticas (*surf, kitesurf*);	Ausência de porto ou marina
	Navegação por embarcações para atracamento (lancha rápida);	
	Campeonatos nacionais e internacionais (*kitesurf*)	Falta de organizadores para projeção de novos eventos
	Extensa distribuição de equipamentos turísticos (hotéis, pousadas, restaurantes, meios de hospedagem)	Ausência de associação ou distribuidores de controle de serviços
	Distribuição de paisagens naturais (rio São Miguel/delta/dunas)	Carência na criação de roteiros alternativos
	Potencial distribuidor de pesca na área portuária	Falta de uma fiscalização ambiental vulnerabilidade das dunas da lagoa do portinho (avanço descontrolado de areia) existência de lixão a céu aberto próximo da comunidade, faixa de Praia e Dunas
	Instituto Tartarugas do Delta (Projeto Tartarugas do Delta/Rotas da Conservação)	Falta a inclusão à visitação por parte das agências de viagens nos roteiros do turismo náutico.

Fonte: Arquivo da Equipe MADRES - UFDPar, 2021.

Todavia, algumas fragilidades se apresentam como fatores limitantes do desenvolvimento sustentável da atividade turística (Quadro 3) e a inexistência de portos ou marinas restringe ainda mais o acesso por navegação, concentrando o fluxo apenas na área portuária do Rio Igaraçu, que, por sua vez, sofre com sedimentação e impactos ambientais (UFDPar, 2021). O turismo de verão, embora gere um aumento expressivo no número de visitantes, expõe também a carência de infraestrutura básica para atender a essa demanda de forma organizada, ajudando assim, para a degradação ambiental e o avanço das dunas, que é outro fator preocupante, pois modifica a paisagem e interfere na manutenção dos ecossistemas costeiros (ICMBio, 2020).

Quadro 3: Análise SWOT dos aspectos externos (oportunidades e ameaças) no Município de Luís Correia

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

ANÁLISE SWOT MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA -		
	OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS/RISCOS**
EXTERNA	Construção do Complexo Industrial Pesqueiro, tende a princípio, movimentar embarcações pequenas e particulares, além de promover o turismo, pela estadia nos meios de hospedagem, restaurantes, lojas manutenção de embarcações e até provimentos para continuar ou fazer o retorno de sua viagem como: alimento, água potável, roupas ou material para manutenção da embarcação, passeio em todo litoral envolvendo o turismo náutico.	É necessário o ordenamento da área, para as novas construções, para que não ocorra o aumento de resíduos sólidos, na área da foz do rio, assim como, descontrole de um turismo de massa, altamente impactante ao meio ambiente e sociedade local.
	Atividades no Rio Igaraçu	Apresenta vulnerabilidade socioambiental
	Lagoa do Sobradinho	Ausência de interesses de gestão pública na elaboração de políticas públicas que minimize os impactos ambientais negativos
	Praias de Macapá, Maramar e Coqueiro	Erosão marinha

Fonte: Arquivo da Equipe MADRES - UFDPar, 2021.

No horizonte de possibilidades, percebe-se que a diversificação das atividades turísticas pode ampliar significativamente a atratividade do município, uma vez que, além do litoral, áreas como o Rio São Miguel, a Lagoa do Sobradinho e Camurupim representam alternativas viáveis para o turismo náutico, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis (UFDPar, 2021). De forma complementar, o fortalecimento do turismo cultural e artesanal também se apresenta como uma estratégia, agregando ainda mais valor à experiência dos visitantes e promovendo o desenvolvimento socioeconômico local; uma outra oportunidade relevante está na iminência da implantação de uma estrutura portuária e de um entreposto pesqueiro em Luís Correia, o que deverá melhorar a conectividade e dinamizar o turismo, beneficiando diversos empreendimentos ligados ao setor (UFDPar, 2021).

Vale ressaltar que, algumas ameaças podem comprometer esse desenvolvimento se não forem devidamente controladas, e essa falta de planejamento pode levar a um turismo de massa desordenado, resultando em impactos ambientais substanciais, como o desmatamento para novas construções, o acúmulo desordenado de lixo e a degradação dos ecossistemas costeiros

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

(ICMBio, 2025). A sedimentação na foz do Rio Igaraçu já demonstra um efeito preocupante, alterando as dinâmicas naturais e afetando a biodiversidade, antes mesmo desta implantação (IBAMA, 2025).

Logo, a presença descontrolada de equinos nas rodovias de acesso às praias e a ocupação irregular de áreas sensíveis, como os manguezais, são exemplos desse desequilíbrio ambiental causado pela ausência de uma gestão eficaz (IBAMA, 2025). O aumento do fluxo de turistas e embarcações exige mais estudos aprofundados sobre a capacidade de carga do município, garantindo que a atividade turística se desenvolva de forma sustentável, e nesse sentido, trazendo melhorias na mobilidade urbana e na infraestrutura de acesso, que são fundamentais para que Luís Correia possa consolidar-se como um destino turístico competitivo sem comprometer seus recursos naturais (IBGE, 2025; PIAUÍ, 2025).

4.4. Impacto No Emprego Formal No Munícipio De Luis Correia-PI

Luís Correia, tem se consolidado como um importante polo turístico do estado, destacando-se tanto pelo seu potencial econômico quanto pelos desafios estruturais que enfrenta. Dados da RAIS indicam que o setor turístico em Luís Correia tem potencial para gerar empregos formais, especialmente com a implementação de novos projetos e investimentos, de acordo com o Órgão, o número de empregos cadastrados na cidade de Luis Correia em 2022 foi de 2.590, o que representa uma variação de 16,2% em relação ao ano anterior, já para 2023, foram empregados 2.670, representando uma variação de apenas 3,1%, conforme Gráfico 2 a seguir (BRASIL, 2025; SEPLAN, 2022).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

Gráfico 2: Painel de Informações: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2023.



Fonte: BRASIL (2025)

A remuneração real média do trabalhador no ano de 2022 foi de R$ 2.313,88, tendo cadastrados 5.873 estabelecimentos, no entanto, no ano de 2023 a remuneração real média do trabalhador foi de R$ 2.476,92, apresentando um aumento de 7,05%, aproximadamente, tendo cadastrados, 7424 estabelecimentos (BRASIL, 2025; SEBRAE, 2024).

A economia de Luís Correia é fortemente influenciada pelo setor de serviços, com grande destaque para o turismo, vale ressaltar que os setores econômicos que mais empregaram em 2022, foram, a Agropecuária com 128 empregos, a Indústria com 44 empregos, a Construção Civil com 340 empregos, o Comércio Varejista com 489 empregos e Serviços, com 1.589 empregos formais, sendo que 42,4% destes trabalhadores eram mulheres com uma remuneração média de R$ 2.624,82 e 57,6% correspondiam aos homens, com remuneração média de R$ 2.657,93, diferentemente de 2023 que se configurou com a Agropecuária com 126 empregos, a Indústria com 50 empregos, a Construção Civil com 225 empregos, o Comércio Varejista com 506 empregos e Serviços, com 1.763 empregos formais e uma renda média salarial de R$ 2.476,92 (BRASIL, 2025; SEBRAE, 2024).

De acordo com os dados da Receita Federal do Brasil (RFB), do total de estabelecimentos com registro até 2024, 22.4% correspondem a Outros (271 estabelecimentos), 34.9% correspondem a Micro Empresário Individual (MEI) (422

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

estabelecimentos), 39.5% correspondem a Microempresa (ME) (478 estabelecimentos), e 3.14% correspondem a Empresa de Pequeno Porte (EPP) (38 estabelecimentos) (BRASIL, 2025).

Do ponto de vista financeiro, Luís Correia tem sua economia fortemente apoiada em repasses governamentais (PIAUÍ, 2025). Em 2022, as principais fontes de receita foram o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que garantem recursos para investimentos em áreas prioritárias como educação, saúde e infraestrutura, contudo, a transparência na execução orçamentária ainda carece de aprimoramentos (IBGE, 2020; PIAUÍ, 2023).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) não traz informações recentes, mas a análise dos indicadores sociais aponta que o município ainda enfrenta desafios para melhorar a qualidade de vida da população (BRASIL, 2024), no qual, a taxa de mortalidade infantil e a cobertura de serviços essenciais são pontos que precisam ser bem mais monitorados para subsidiar políticas públicas mais eficazes (IPEA, 2024).

Luís Correia encontra-se em uma posição estratégica de crescimento, e seu turismo continua a oferecer oportunidades significativas para a geração de empregos, renda e o fortalecimento da economia, mas é fundamental que o município invista em infraestrutura, saneamento e planejamento urbano para garantir um crescimento sustentável (BRASIL, 2025). A integração de políticas públicas voltadas ao turismo, aliadas a estratégias ambientais e sociais, pode transformar Luís Correia em um modelo de desenvolvimento equilibrado, maximizando seu potencial econômico sem comprometer a preservação ambiental e o bem-estar da população (CASALINO, 2021).

5. Considerações Finais

A análise das políticas públicas de turismo em Luís Correia revela avanços e desafios na implementação de estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável da atividade na APA Delta do Parnaíba e apesar do reconhecimento do turismo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

como um vetor econômico fundamental, a fragmentação das políticas públicas e a ausência de um planejamento integrado comprometem a efetividade das ações. Problemas como a ocupação desordenada do solo, a especulação imobiliária, a precariedade da infraestrutura e a baixa participação comunitária indicam a necessidade de políticas mais estruturadas e de longo prazo.

Observando o cenário atual, é primordial fortalecer a articulação entre os entes federativos, aprimorar os mecanismos de monitoramento e a transparência, incentivando o envolvimento da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas de turismo, buscando a integração do turismo com estratégias ambientais e sociais, que vão permitir um desenvolvimento mais equitativo e garantir benefícios econômicos à população local sem comprometer a integridade ecológica da região.

Por fim, este estudo reforça ainda mais a importância da continuidade e da avaliação das políticas públicas para que Luís Correia se consolide como um destino turístico sustentável e a implementação de um modelo de política pública mais eficiente, aliado a investimentos estratégicos em infraestrutura e qualificação profissional, só assim poderá transformar o município em um exemplo de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental no litoral piauiense.

Referências

ABDULLAH, M; SYED, J; KOBURTAY, T. A. structure and agency perspective of sustainable tourism. Current Issues in Tourism, p. 1-18, 2024.

ADEOYE-OLATUNDE, O. A.; OLENIK, N. L. Research and scholarly methods: Semi-structured interviews. Journal of the american college of clinical pharmacy, v. 4, n. 10, p. 1358-1367, 2021.

AMORE, A. Tourism, public policy and governance. The Wiley Blackwell Companion to Tourism, p. 635-651, 2024.

ARIYANI, N.; FAUZI, A. A policy framework for sustainable tourism development based on participatory approaches: a case study in the kedung ombo tourism area-Indonesia. Geo Journal of Tourism and Geosites, v. 40, n. 1, p. 129-135, 2022.

BECKEN, S. et al. Tourism and climate change: Evaluating the extent of policy integration. Journal of Sustainable Tourism, v. 28, n. 10, p. 1603-1624, 2020.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

BECKEN, S.; LOEHR, J. Tourism governance and enabling drivers for intensifying climate action. Journal of Sustainable Tourism, v. 32, n. 9, p. 1743-1761, 2024.

BELLATO, L.; FRANTZESKAKI, N; NYGAARD, C. A. Regenerative tourism: a conceptual framework leveraging theory and practice. Tourism Geographies, v. 25, n. 4, p. 1026-1046, 2023.

BIANCHI, R. V.; DE MAN, F. Tourism, inclusive growth and decent work: A political economy critique. In: Justice and Tourism. Routledge, 2021. p. 220-238.

BORGES, V. P. C. Rota das emoções: paisagem cultural e turismo no Polo Costa do Delta. Cadernos de Geografia, 2018. n.º 37. Coimbra, FLUC - pp. 81-97.

BORRIE, W. T; GALE, T; BOSAK, K. Privately protected areas in increasingly turbulent social contexts: Strategic roles, extent, and governance. Journal of Sustainable Tourism, v. 30, n. 11, p. 2631-2648, 2022.

BRAGA, S. S. et al. Análise da atratividade turística do litoral piauiense: atualização da avaliação dos atrativos turísticos, entre 2010 e 2020. Revista Turismo em Análise, v. 33, n. 1, p. 29-49, 2022.

BRASIL. **Controladoria-Geral da União (CGU)**. *Portal da Transparência: Município de Luís Correia - PI*. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/localidades/2205706-luis-correia. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo – Edição 2024*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/turismo. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2023-2027: Turismo Sustentável e Inclusivo*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/turismo. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Portaria n.º 123, de 10 de março de 2023*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/turismo. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Plano de Manejo da área de proteção ambiental Delta do Parnaíba. Brasília: ICMBio, 2020.

CADASTUR. Ministério do Turismo. Disponível em: www.cadastur.gov.br/. Acesso em: 20 fev. 2025

CAMPOS, C. et al. 'Small-scale' tourism versus traditional tourism: Which will be the new key to achieve the desired sustainable tourism? Science of the Total Environment, v. 912, p. 168964, 2024.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

CARVALHO, S. M. S. A percepção do turismo por parte da comunidade local e dos turistas no município de Cajueiro da Praia-PI. Revista Turismo em Análise, v. 21, n. 3, p. 470-493, 2010.

CASALINO, V. G. Economia de mercado e políticas públicas: elementos de epistemologia à luz da obra de Theodore J. Lowi. Direito Público, v. 18, n. 98, 2021.

CEPRO. Diagnóstico socioeconômico de Luís Correia, 2022. Disponível em: (cepro.pi.gov.br). Acesso em: 20 fev. 2025.

CORBIN, A. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. Tradução de Paulo Neves. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1989.

DANGI, T. B.; PETRICK, J. F. Enhancing the role of tourism governance to improve collaborative participation, responsiveness, representation and inclusion for sustainable community-based tourism: A case study. International Journal of Tourism Cities, v. 7, n. 4, p. 1029-1048, 2021.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). https://www.firjan.com.br/ifdm/

HALL, C. M; SEYFI, S; KOUPAEI, S. N. Politics and the sustainable development goals: Tourism agenda 2030 perspective article. Tourism Review, v. 78, n. 2, p. 314-320, 2022.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. LEGISLAÇÃO ESTADUAL. Disponível em: http://legislacao.pi.gov.br/. Acesso em: 20 fev. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Catálogo - Turismo, Desporto e Lazer, 2024. Acesso em: 08 fev. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Catálogo - Turismo, Desporto e Lazer, 2025. Acesso em: 08 fev. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estado do Piauí. 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi.html. Acesso em: 02 fev. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE: Panorama. 2020. Disponível: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/ilha-grande/panorama. Acesso em: 02 fev. 2025.

ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Unidades de Conservação: o que são? Ministério do Meio Ambiente, 2021. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/o-que-sao. Acesso em: 05 fev. 2025.

ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba, 2020.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Educação ambiental é tema de seminário no Ceará. Ministério do Meio Ambiente, 2020. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20- geral/10652-educacao-ambiental-e-tema-de-seminario-no-ceara. Acesso em: 08 fev. 2025.

ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-delta-do-parnaiba/informacoes-sobre-visitacao-apa-delta-do-parnaiba/area-de-protecao-ambiental-delta-do-parnaiba, 2025. Acesso em: 08 fev. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2024.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. Caminhos de Geografia, v. 22, n. 81, p. 235-248, 2021.

LEITE, R. S.; IVANOV, M. M. M. Caracterização das Unidades de Conservação do Estado do Piauí. In: IVANOV, M. M. M. (Org.). Unidades de Conservação do Estado Piauí. Teresina: EDUFPI, 2020. 429p.

MALTA, G. A. P; BRAGA, S. D. S; & BARBOSA, M. F. P. Concepções de desenvolvimento econômico e a compreensão do papel do turismo na redução da pobreza. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 13, p. 16-31, 2019.

MARTINS FILHO, J. Dinâmica espacial e condicionantes para o desenvolvimento dos serviços ligados ao turismo do Piauí: uma leitura geográfica da organização do espaço litorâneo, Tese de Doutorado em Geografia, UFPE, Recife, PE, 2014.

MEDEIROS, H. M. N. et al. Alternative tourism and environmental impacts: Perception of residents of an extractive reserve in the Brazilian Amazonia. Sustainability, v. 13, n. 4, p. 2076, 2021.

MORATAL, M. H. et al. El turismo como factor de desarrollo en el capitalismo del siglo XXI: impactos sociales y ambientales. Revista de Responsabilidad Social de la Empresa. 2018. N° 28. Madrid, 2018.

MTur - Ministério do Turismo. Cadastro de prestadores de serviços turísticos, 2022b. Disponível em: https://dados.gov.br/dados/busca?termo=prestadores%2520de%2520servi%25C3%25A7os%2520tur%25C3%25ADsticos

MTur - Ministério do Turismo. Mapa do Turismo Brasileiro, 2022a. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home

PIAUÍ. Diário Oficial do Estado do Piauí, Teresina, nº 246, 27 dez. 2023.

PIAUÍ. O Município - Prefeitura de Luís Correia (luiscorreia.pi.gov.br). Disponível em: https://www.luiscorreia.pi.gov.br/. Acesso em: 15 fev. 2025.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

PIAUÍ. O município - *Prefeitura Municipal de Luís Correia*, 2025. Disponível em: https://www.luiscorreia.pi.gov.br/o-municipio/. Acesso em: 20 fev. 2025.

PIAUÍ. Porto de Luís Correia e Ferrovia. 2018. Disponível em: http://www.ppp.pi.gov.br/pppteste/index.php/projetos/estudo-deviabilidade/porto-de-luis-correia/. Acesso em: 15 fev. 2025.

PIMENTEL, T. D. et al. The Trajectory of Public Tourism Policies in Brazil (1922–2022): From Wicked Problem to a Geopolitical Strategy? In: Tourism Policy-Making in the Context of Contested Wicked Problems: Politics, Paradigm Shifts and Transformation Processes. Emerald Publishing Limited, 2024. p. 139-169.

PORTAL DA INDÚSTRIA: INDÚSTRIA 4.0: entenda seus conceitos e fundamentos, 2022. Disponível em: https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-4-0/. Acesso em: 20 fev. 2025.

PUTRICK, S. C.; BRAGA, S. S.; PERINOTTO, A. R. C. Histórico das políticas públicas de turismo no litoral piauiense–Brasil. Tourism and Hospitality International Journal, v. 17, n. 1, p. 93-113, 2021.

PUTRICK, S. C; SILVEIRA, M. A. T; & CURY, M. J. F. Redes de Articulação de Turismo e Pesca da Rota das Emoções no Estado do Piauí - Brasil. Perspectiva Geográfica, v. 15, n.15, p. 198-206, 2016.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, T. M; MELO, R DE S; BRITO, A. S. Turismo e desenvolvimento sustentável na praia de atalaia (Luis Correia-Piauí-Brasil). Turydes, Revista de Investigación em turismo e desarrollo local, v6, n. 15, 2013.

SEBRAE. **Sebrae leva para Salão do Turismo roteiros turísticos das cinco regiões do Brasil**. Agência Sebrae de Notícias, 2024. Disponível em: https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/sebrae-leva-para-salao-do-turismo-roteiros-turisticos-das-cinco-regioes-do-brasil/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 08 fev. 2025.

SEBRAE. **Turismo 4.0 – Sebrae Roraima promove seminário sobre o novo perfil dos turistas na era digital**. Agência Sebrae de Notícias, Roraima, 2024. Disponível em: https://rr.agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/turismo-4-0-sebrae-roraima-promove-seminario-sobre-o-novo-perfil-dos-turistas-na-era-digital/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 fev. 2025.

SEBRAE. **Turismo de experiência cresce no Brasil e abre novos mercados para os pequenos negócios**. Agência Sebrae de Notícias, 2024. Disponível em: https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/turismo-de-experiencia-cresce-no-brasil-e-abre-novos-mercados-para-os-pequenos-negocios/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 08 fev. 2025.

SEBRAE. Turismo Pós-covid-19: Insights para empresas e destinos. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2021. Disponível em:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 10/10/2025 - **Accepted:** 28/10/2025
Vol: 19.03
DOI: 10.61164/adp23w28
Pages: 1-42

https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/turismo-pos-covid-19-insights-para-empresas-e-destinos,9b73de7042d61810VgnVCM100000d701210aRCRD. Acesso em: 15 jan. 2025.

SEPLAN - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO PIAUÍ. **Plano Plurianual 2024-2027**. Teresina: SEPLAN, 2024. Disponível em: https://www.seplan.pi.gov.br/documentos-oficiais/ppa/#93-248-wpfd-2024-a-2027-p1. Acesso em: 17 fev. 2025.

SEPLAN. Piauí registra crescimento de PIB 2022 e ocupa primeiro lugar no Nordeste, apontam Seplan e IBGE. *Secretaria do Planejamento do Piauí – SEPLAN*, 2022. Disponível em: https://www.seplan.pi.gov.br/piaui-registra-crescimento-de-pib-2022-e-ocupa-primeiro-lugar-no-nordeste-apontam-seplan-e-ibge/. Acesso em: 20 fev. 2025.

SILVA, A. L. A; COSTA, B. H. S; BRAGA, S. S. Políticas públicas de ecoturismo na Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, Piauí, Brasil. In: **MENDES, M. M. M. I; LEMOS, J. R. (Org.).** *Unidades de conservação do estado do Piauí: Volume 2*. 1. ed. EDUFPI, 2022. p. 62-81. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mateus-Santos33/publication/362324091_Unidades_de_conservacao_do_estado_do_Piaui_Volume_2/links/62e352e04246456b55f11be4/Unidades-de-conservacao-do-estado-do-Piaui-Volume-2.pdf#page=63. Acesso em: 20 fev. 2025.

SILVA, E. G. A. (org.). Meio Ambiente, comunidades e turismo. EDUFPI/SIEART, 2016.

SILVA, L. F; RIBEIRO, J. C; CARBALLO-CRUZ, F. Towards sustainable tourism development in a small protected area: Mapping stakeholders' perceptions in the Alvão natural park, Portugal. Tourism Planning & Development, v. 21, n. 6, p. 712-734, 2024.

SILVA, M. M. A. S. Turismo, v. 9, n. 364, nov. 2024. Caderno Setorial ETENE, v. 9, 2024.

SILVA, M. M. M. O Turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí. Tese de Doutorado em Geografia. IGC/UFMG, 2013.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

UFDPar. *Arquivo da Equipe MADRES - Movimento de Articulação para o Desenvolvimento Regional Sustentável*. Parnaíba: UFDPar, 2021. Disponível em: https://investepiaui.com/wp-content/uploads/2022/05/Diagnostico-Rapido-Participativo.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.